



Bertelina Brito, UNL-FCSH

Título da comunicação: *O comércio em Cabo Verde: Entre a Fazenda régia, os funcionários régios e os vizinhos de Santiago (1460-1550)*

Resumo: Nas ilhas de Cabo Verde nos séculos XV e XVI impera o trato com a costa africana. O desenvolvimento económico do arquipélago dependia da sua interligação nas rotas comerciais que se efectuavam entre a Guiné o Reino. As cartas régias de 1466 e de 1472 tiveram um papel preponderante no desenrolar deste processo em Cabo Verde, além de entreposto de mercadorias também apoiava as embarcações que navegam no atlântico.

A primeira carta permitia aos vizinhos de Santiago, em carácter de exclusividade, participar no trato os Rios da Guiné, com excepção de Arguim. A segunda, por sua vez, veio trazer um novo carácter ao desenvolvimento económico das ilhas. Na denominada carta de Limitações de Privilégios de 1472 estava estipulado que os moradores de Santiago só podiam utilizar o trato com costa produtos naturais do arquipélago.

A partir daquela data apostou-se igualmente no desenvolvimento da agricultura e da pastorícia como forma de ter bens passíveis de ser trocados pelo escravo africano e pelos bens alimentares provenientes do Reino. A produção autóctone do arquipélago nos séculos XV e XVI, tendo como principais produtos o cavalo, o algodão e o gado, assume um papel predominante neste comércio inter-atlântico; os dois primeiros, vocacionados para o tráfico com os “Rios da Guiné” e o último, comercializado na Europa.

Os lucros, cada vez, maiores obtidos com o tráfico de escravos precipitou o povoamento de Santiago e Fogo, sobretudo de homens ligados ao comércio (armadores, de funcionários régios tendo como objectivo principal a administração da Fazenda Real e a aplicação da justiça. A Coroa portuguesa, numa política centralizadora, publicou várias leis que restringiram cada vez a participação dos rendeiros/contratadores de Santiago nos lucros deste trato. Os funcionários régios, por sua vez, estavam proibidos por ordem régia de participar no trato com a Guiné.

Muitos eram os membros dos dois grupos que, sentidos prejudicados nos seus interesses desobedeciam as ordens régias, apoiados pelos lançados e aproveitando-se das fraquezas existentes nas estruturas da administração, com o fim de aumentarem os seus rendimentos.

Pretendemos, com o nosso artigo, os vários casos de fraude cometidos tanto pelos funcionários régios com pelos vizinhos de Santiago contra a Fazenda Real nos séculos XV e XVI.

Palavras-chaves: Cabo Verde, comércio, Fazenda Régia, fraude